

Agricultura urbana: reflexões sobre os territórios nestes espaços

Elvis Albert Robe Wandscheer
Rosa Maria Vieira Medeiros

Introdução

As análises econômicas, e os estudos sociológicos e geográficos, desde seus primórdios, durante muito tempo confundiram o setor moderno da economia urbana com a cidade como um todo. O resultado é que a maioria dos estudos não se refere à cidade inteira e sim apenas a uma parte da cidade, tomando-a como um ponto de partida [...] devem ser considerados os dados gerais do fenômeno, seus modelos operacionais e suas inter-relações [...] (SANTOS, 2009, p. 44).

O espaço, em sua dinâmica, em seus processos formativos, se configura articulando elementos da natureza, práticas e vivências sociais, forjando, assim, unidades similares e outras díspares¹. Constituem-se assim uma série de relações que se alternam concomitantemente, em termos de papéis e ações praticadas sobre esse espaço. Esses processos de transformação constituem locais, divisões que se fazem principalmente em torno das atividades produtivas, sendo assim, “[...] conteúdos que estão sempre em processo relacional do mesmo movimento: a *vida* (MONDARDO, 2008, p. 115)”.

¹ A ponte a ser lançada entre possibilidades entreabertas e o ato de construir uma nova história virá do domínio complexo onde se encontram esses mesmos dados, segundo combinações variáveis (SANTOS, 1988, p. 13).

Diante dessa realidade, as divisões dos “mundos” rural e urbano, num país que possui uma ampla maioria populacional urbana como o Brasil (e não apenas neste) observa-se uma série de circunstâncias peculiares e divisões sobre as quais as normativas sobrepujam a organização espacial. Exemplo disso pode ser observado no caso exposto por Wanderley (2009, p. 311): “as pequenas cidades, consideradas urbanas pelo IBGE, conhecem uma experiência urbana, que é, frequentemente, frágil e precária”.

O que perpassa essa realidade consiste na visualização de diferentes conteúdos e relações sociais; estas, por conseguinte, caracterizariam diferentes expressões territoriais em diversos territórios à medida que abarcam modos de vida, sendo a sociedade rural vista como tradicional, convencionalmente expressa por uma tradição ligada ao rústico, com jeito de viver e modo de pensar semelhante ao camponês, ou resguardando aspectos deste, o que atualmente não corresponde a realidade visualizada, pois no meio rural encontram-se tecnologias técnico-científico informacionais e as estruturas e organizações espaciais já não correspondem necessariamente a paisagem² tipicamente rústica.

Da mesma forma, o urbano também metamorfoseou-se e principalmente convive com os dilemas contemporâneos, tal qual a demanda crescente por alimentos de uma população que já não pode se calcar única e exclusivamente na produção rural. Assim, configuram-se espaços urbanos que abarcam diferentes expressões territoriais. Destaca-se que

Território, assim em qualquer acepção tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo o processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso; o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAESBAERT, 2008, p. 20).

Nesse contexto anteriormente designava-se o rural somente como locais sobre o qual ocorria a produção agrícola e sediava residências dos produtores. Contudo, recentemente o rural já não se encontra tão engajado a esses aspectos

² Na Geografia ocidental contemporânea, paisagem é entendida como produto visual de interações entre elementos naturais e sociais que, por ocupar um espaço, pode ser cartografada em escala macro ou de detalhe, e classificada de acordo com um método ou elemento que a compõe. Paisagem não é o mesmo que espaço, mas parte dele; algo como um parâmetro ou medida multidimensional de análise espacial (MAXIMILIANO, 2004, p. 83).

e tampouco o urbano, a cidade representa a concentração, em contraposição ao campo, que seria exposta pela dispersão e o isolamento (LEFEBVRE, 1999).

Assim cabe salientar a essência dos atores contidos na abordagem territorial, os quais podem ser institucionais, por meio de políticas, representando o poder formal, e os indivíduos, que se manifestam, se relacionam, se confrontam e abarcam o subjetivo, as representações, de onde emergem os simbolismos, sendo, portanto, relativos ao poder informal. Assim, as territorialidades seriam aspectos e características dos indivíduos e dos grupos³ constituintes e do próprio espaço, de forma que as escalas social e espacial (fruto da relação espaço-tempo) manifestam-se e constituem-na, cabendo às trocas e consumos um aspecto central, uma vez que,

[...] a vida é constituída por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema [...] tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou comunicação (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Dessa forma, o que se observa mais recentemente, já há alguns anos, no âmago do espaço urbano, em várias partes do mundo, perfaz a emergência de demanda de locais que concentram produções agrícolas, das mais diversas formas, desde produções mais básicas até as mais complexas, na qual, não raro, estão imbuídas elevadas tecnologias.

Pode-se observar portanto, que práticas como a agricultura urbana são voltadas a necessidades de diversos segmentos e setores urbanos que vão desde a alimentação até o aproveitamento de lugares com natureza. Trata-se assim, de uma demanda diferenciada ao qual diversos órgãos como a United Nations Development Programme (UNDP) por exemplo, já tem observado e em diversas oportunidade fomentado a sua prática e/ou expansão, uma vez que:

³ O sujeito, o “eu” de pensamento é construído pela sociedade. Assim, mesmo que se trate de indivíduos aparentemente competentes e autônomos, o ideal registra múltiplas determinações resultantes das condições objetivas da existência de seus transmissores. Alimenta-se das representações coletivas geradas pela ação social e se torna, como ideologia, por exemplo. Jung (1988) mostrou, além disso, ao contrário de Freud, o inconsciente pode também ter uma dimensão coletiva. Ele propôs entre o eu e o sujeito do inconsciente de uma dialética que pode identificar “arquétipos” mentais coletivos divididos, processados continuamente pela experiência social [...] As funções de pensamento que movem um universo ideal útil na compreensão geográfica, o conhecimento do espaço social se identifica em número de quatro. Essas funções de “representar”, “interpretar”, “organizar” e “legitimar” (DIMÉO, 1998) (tradução do autor).

Urban agriculture contributes significantly to the socio-economic development of towns and cities throughout the world. In several economies, particularly developing ones, it is one of the largest urban productive industries. In low-income cities, it is a prime generator of jobs (UNDP, 1996, p. 3-4)⁴.

As práticas agrícolas, portanto, não são vinculadas a debates locais ou mesmo nacionais, ocorrem em diversas partes do mundo e não precisam necessariamente estar vinculadas a políticas públicas nem tampouco a organizações locais específicas. É dessa forma que o fenômeno da Agricultura urbana se constitui como manifestações complexas, permeado de diversidades e apresentando potencialidades no tocante ao aglutinamento de coletivos⁵. Em vista dessa realidade, a cidade contemporânea demonstra englobar uma série de atividades, patrimônios e práticas socioespaciais multifacetadas, que interagem na sua organização, interligando as esferas e dinâmicas locais, dentre as quais os cultivos agrários constituem-se numa das demandas existentes em seu mosaico de territórios. Prova dessa realidade é a apresentação das tipologias (Quadro 1) do relatório do Panorama da Agricultura urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas (SANTANDREU; LOVO, 2007) que destaca espaços onde se dão as produções, onde as finalidades culminam e interagem com os espaços, territórios e interesses dos locais em que se dão.

Quadro 1. Tipologias possíveis para atividades de Agricultura urbana e Periurbana

TIPOLOGIA	ESPAÇOS CARACTERÍSTICOS
Espaços Privados	Lotes vagos; Terrenos baldios particulares, ou com dúvidas sobre a propriedade; Lajes e tetos; Quintais ou Pátios; Áreas periurbanas; Áreas verdes em conjuntos habitacionais.

⁴ A agricultura urbana contribui significativamente para o desenvolvimento socioeconômico de centros e cidades ao longo do mundo. Em muitas economias, particularmente naquelas em desenvolvimento, a mesma é uma das maiores indústrias urbanas produtivas. Em cidades menores (mais pobres?), é um importante gerador de empregos (TRADUÇÃO DO AUTOR).

⁵ [...] a produção como um dado fundamental das funções exercidas conjuntamente pela natureza e pelo homem, em um dado momento. Tudo isso supõe que as coisas sejam conhecidas não apenas por seu valor absoluto, mas por seu valor relacional (SANTOS, 2009, p. 113).

Espaços Públicos	Terrenos de propriedade Municipal, Estadual e Federal com espaços possíveis de utilização de acordo com a caracterização feita nas linhas abaixo:
Verdes Urbanos	Praças e Parques.
Institucionais	Escolas e Creches; Posto de Saúde; Hospitais; Presídios; Edifícios Públicos e privados.
Não Edificáveis	Laterais de vias férreas; Laterais de estradas e avenidas; Margens de cursos d'água; Áreas inundáveis; Faixa sob linhas de alta tensão; Ambientes aquáticos (rios e lagoas).
Unidades de Conservação	Áreas de Proteção Ambiental; Reservas Ecológicas; Outras unidades, desde que seja permitido o manejo e uso de Potencialidades.
Áreas de Tratamento	Aterro sanitário; Lagoas de oxidação.

Fonte: TERRILE (2006).

Outro elemento importante na reflexão acerca das territorialidades da Agricultura urbana e sua realidade é a denominação feita sobre a mesma, pois em matizes teóricas diferenciadas, assim como em função da abordagem e tendências dos autores, observa-se uma diversidade de termos que denomina uma mesma atividade, ou seja, a agricultura urbana, ou agricultura urbana e periurbana, ambas terminologias mais utilizadas. Essas questões parecem de suma importância e merecem destaque para uma melhor compreensão das dimensões (físicas e territoriais) da atividade conforme pode-se observar no Quadro 2.

Quadro 2. Denominações atribuídas à terminologia Agricultura urbana

FORMAS DE DENOMINAÇÃO	TERMINOLOGIA
Agricultura urbana	<p>Conceito que abarca a produção agrícola nos limites do espaço urbano, de caráter e dinâmica multidimensional, podendo envolver produção, transformação. Distingue-se das atividades urbanas comuns, mas abarca diversidades de uma série de outras atuações cidadinas, vincula potenciais de comercialização e articulação entre locais e localidades próximas. Porém, conserva consigo (transformando, adaptando e (re) criando o processo produtivo) a centralidade no alimento, este mais comum ao campo, porém não ausente no urbano, ainda que com maiores dificuldades no tocante à área. Pode ser desenvolvida em caráter individual, familiar ou comunitário e não costuma empregar mão de obra remunerada, de forma que, quando o faz, se dá em pequenas quantidades. Além disso, costuma utilizar pouco maquinário e tecnologia em sua produção, sendo a mesma voltada a demandas do mercado ou autoconsumo, neste último caso, sendo empregada comumente em comunidades pobres. Costuma estar relacionada a temáticas como segurança alimentar, sustentabilidade e planejamento, estando articulada com questões da gestão e planejamento do espaço urbano.</p>
Agricultura urbana e Periurbana	<p>Termo empregado com a mesma finalidade do anterior, porém incorpora o termo “Periurbana” ao final. Assim como o termo anterior, contempla a produção agrícola nas limitações urbanas, porém, distingue áreas dentro do espaço urbano, e, sobretudo em cidades maiores, induzindo a conclusões que perfazem destinos mais periféricos aos locais com proeminência de maiores produções. Para aqueles que incorporam análises com pequenas hortas parece haver maior significância tal substantivação, do contrário muito pouco altera o sentido da denominação anterior. É o termo mais empregado em projetos e ações de políticas públicas.</p>
Urbanidades no Rural ou Ruralidades no Urbano	<p>Este termo costuma estar intimamente ligado a discussões acerca das relações campo-cidade, bem como às inserções do urbano no rural e vice-versa. Em torno de tal definição, a atividade agrícola na(s) cidade(s), seus impactos e implicações acabam tornando-se fatores no entorno da problemática central, mesmo quando tratada com relevância, não costuma definir-se como abordagem fundamental do(s) autor(es).</p>

Hortas Comunitárias	A atividade costuma dirigir-se a produtores de baixa renda, atuando de forma a buscar em espaços limitados, melhorias alimentares que se materializam praticamente em alimentos, salvo algumas exceções. Tal iniciativa possibilita maior possibilidade de sucesso, uma vez que agrupados, os produtores passam a ter mais (e melhor) acesso a insumos, créditos e outros serviços de assessoramento e capacitação que podem auxiliá-los. Contudo, costumeiramente acabam por organizarem-se em grupos de forma a articular necessidades e objetivos em comum, e não puramente a articulação em prol de benefícios conjuntos, relação advinda de sua(s) articulação(ões). Mesmo diante de tal realidade, a utilização do termo “horta” acaba por fazer-se diante de cenários nos quais a produção apresenta limitações, sobretudo de área, permanecendo muito mais por quesitos voltados a deficiências locais do que pela ênfase em potenciais futuros, portanto, um tanto quanto disperso de abordagens que tenham em foco questões que norteiam a questão econômica.
Hortas	Denomina o fenômeno idêntico ao anterior, porém sem o caráter coletivo.
Urbano Agrícola ou Agropecuário	Utilizado para toda e qualquer produção agrícola, costumando compreender a produção e sua implicação na esfera em que se encontra situada. Portanto, aparece de forma mais sucinta em termos de abrangência da totalidade.
Rural Agrícola no Urbano	Abordagem envolvendo características socioeconômicas, ambientais e por vezes culturais, onde permanecem práticas anteriores, porém, atualmente situadas em espaços urbanos, logo, tratando-se de práticas de Agricultura urbana.

Elaboração e Sistematização: WANDSCHEER, E. A. R.⁶

Os termos utilizados para se referirem ao mesmo fenômeno se apresentam, de forma diferenciada, na literatura nacional e internacional, de forma que se observa com clareza que se trata de

⁶ A redação do quadro levou em conta a abordagem de distintas denominações existentes em obras referentes à temática Agricultura Urbana, denominações encontradas em: Arruda e Arraes (2007), FAO (1996), Ferreira e Castilho (2007), Kozenieski (2010), Rua (2006), Santandreu e Lovo (2007) e Madaleno (2002). Ambos substantivos referentes ao fenômeno enfocado, a Agricultura Urbana.

[...] um conceito **multi dimensional** que inclui a **produção**, a **transformação** e a **prestação de serviços**, de forma segura, para gerar **produtos agrícolas** (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e **pecuários** (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao **auto consumo**, **trocas e doações** ou **comercialização**, **(re) aproveitamento-se**, de forma eficiente e sustentável, os **recursos e insumos locais** (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (SANTANDREU;LOVO, 2007, p. 11).

Porém, indiferentemente da terminologia utilizada, destaca-se que esta é uma prática cada vez mais demandada, perfazendo uma modalidade espacial peculiar que se relaciona estreitamente com o espaço, produzindo relações que incidem em distintas esferas no âmbito local, de forma a criar mudanças e/ou conflitos de territorialização, bem como processos de reterritorialização. Acerca desse último conceito afirma-se que:

Sinteticamente, pode-se dizer que a territorialização é a ocupação e o estabelecimento de forças em novos espaços, a desterritorialização é o movimento de abandono do território e a reterritorialização é o movimento de inserção num novo território. O abandono do território se refere a uma recusa em reconhecer o novo tipo de território, ou um território novo mal-formado ou mal-reconhecido, em relação ao sujeito. Ademais, um território pode ser abandonado se existirem novas dinâmicas socioeconômicas que lhe conferiram novos usos e/ou valores (MARIANI, ARRUDA, 2010, p. 06).

Comumente salienta-se, que as produções urbanas envolvem uma variedade de aspectos, tais como: o deslocamento de pessoas, articulações comunitárias e ocupação física de maior parte das áreas nas quais se estabelecem os domicílios (até mesmo quando não permanente), geração de oportunidades tanto financeiras quanto complementares de renda, além das ocupações laborais e, podem até mesmo contemplar ampliações da infraestrutura, uma vez que passariam a

ocupar espaços baldios. Essa produção é portanto capaz de ocasionar mudanças substanciais quando de sua instalação, cabendo salientar, ainda, que este fenômeno engloba uma estrutura em redes⁷ na forma pela qual o mesmo estabelece relações junto ao território.

A organização e estruturação de tais locais, bem como de padrões geográficos e sua conjuntura em redes, balizam nódulos que incidem na composição de uma região em que sua conexidade sugere conjuntos de objetos inter-relacionados pela superposição de redes principais e secundárias. Essa superposição, ordenada seletivamente no espaço por meio das redes, acaba por produzir nódulos privilegiados de ocupação, ação e consumo que se observam no espaço, bem como nos processos sociais e articulações contidas na racionalidade dessas redes.

No caso da Agricultura urbana, raramente se tratam de estruturas específicas de produções como plantações de *commodities* e produções voltadas sobretudo a exportação, mas sim, maior interação entre atores via ocupação de espaços ociosos, cultivos que resgatam significados culturais de migrantes e até mesmo articulações comerciais junto a restaurantes e/ou outros espaços de comercialização tanto no atacado quanto no varejo.

Tão logo, vislumbram-se no espaço urbano demandas de atividades, ocupação e organização do espaço não restritas somente aos tão destacados setores secundários e terciários da economia. Surgem outras formas de refletir e analisar o espaço, de forma que o mesmo passa a ser incorporado como território, já que:

Ao pensar o território, Raffestin (1993) elaborou o *sistema territorial*, que se tornou um conceito importante para a compreensão do território e da sua dinâmica, podendo ser chamado de “essencial visível” das práticas espaciais, em que os atores procedem à repartição das superfícies em malhas, implantam nós e constroem redes para efetuar as ligações econômicas, políticas e culturais entre os territórios [...] Assim, o sistema é construído pelos atores e suas relações de poder, os quais produzem dinâmicas sociais que imprimem as características de cada território, determinando as limitações, mas também as transposições desses limites políticos e administrativos através de ligações em redes (GALVÃO; FRANÇA; BRAGA, 2009, p. 43).

⁷ O termo rede não é recente e, conforme afirma Dias (1995), a preocupação em compreender seus efeitos sobre a organização do espaço é de longa data e exprime-se pela tendência de se buscar compreender as desigualdades socioespaciais impressas na diferenciação da localização dos sistemas de objetos e de ações pelo caráter seletivo das redes e sua fundamentação na mobilidade crescente de capitais, pessoas, coisas e objetos (COSTA; RIBEIRO; TAVARES, 2004).

Existe portanto um paradoxo, um universo que pertence a um modo de viver, associado à propriedade, e logo, com usos diferenciados do espaço, que com fracionamento, “apequenamento” da terra, ou mesmo saída de indivíduos dos núcleos urbanos acabam fazendo com que surjam situações novas. Estas ocorrências acabam por destruir e reconstruir (sob a égide ou não da anterior) determinadas imagens, formas de ver o local, incidem em questões de valor, associado ao uso e a propriedade da terra. Sobre o processo de desterritorialização é importante salientar que:

[...] toda a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma noção de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social (HAESBAERT, 1998, p. 172).

Portanto, encontram-se no cerne da questão, conflitos de valor, re-elaboração da paisagem, estas não raro, associados à preservação e a aspectos de bem estar dos atores e por que não, para a comunidade como um todo, trata-se de uma situação decorrente do novo se inserindo, (re)incorporando um local que já abarcou uma paisagem natural.

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, 95-96). Segundo Lefebvre, dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, essa última deveria prevalecer sobre a primeira (HAESBAERT, 2008, p. 20).

O processo vivenciado nestas áreas constitui novas relações espaço-tempo que são definidas e redefinidas em eventos dinâmicos e diferenciados, processados em escalas distintas, dada a periodicidade dos cultivos e a intensidade com que a área é plantada e colhida, o que engloba sobremaneira aqueles que migraram do campo para a cidade. Os mesmos tornam-se atores no “contexto local” em que muitas vezes ele não se enxergavam no âmbito da cidade, (re)territorializa-se então o indivíduo enquanto membro da comunidade, sujeito que antes se observava como “forasteiro” - aquele que vem em oposição à sistemática vigente

e ainda ligado/ arraigado a saberes, hábitos, tradições e organizações do local de origem⁸.

Destarte, cabe salientar que a simples existência de territorialidades por si só não implica na existência de conflitos; o que muitas vezes ocorre são ações no mesmo plano de outras. A partir desta relação uma afetaria a outra, diretamente, criando-se a condição dos múltiplos territórios, tendo territorialidades em planos diferentes, conforme Haesbaert no contexto da abordagem de Sack (1986), afirma que:

[...] o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é, também, e sobretudo, multiplicidade de poderes neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem [...] As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo [...] A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2008, p. 21).

A este fenômeno salienta-se uma escala local e outra externa, decorrendo, daí, a multiplicação de territorialidades; logo, o mundo é menor e as distâncias são mais curtas, o que tem se observando nesse contexto é que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a grandes distâncias e, mormente maior em espaços circunvizinhos. Esta realidade viria portanto a afetar a identidade, pois o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação (HALL, 2005).

Assim, o efeito parte para muito além de se ter uma propriedade, mas sim, ser propriedade de “alguma coisa”, onde se encontram, exatamente, as representações. As pessoas que se constituem enquanto produtores vão ao local com uma “outra” lógica, que se diferencia daqueles que vêem a terra apenas como espaço de sede locacional ou industrial, uma vez que relaciona o local ao fim que se dá ao espaço urbano. Acerca desse determinado fim, observa-se que o mesmo vai

⁸ Essa realidade ocorre com os indivíduos oriundos do campo, mas não apenas a esses, pois muitos migrantes de pequenas ou médias cidades também costumam guardar estreitos laços/vínculos com atividades agrícolas, contextos/realidades e simbolismos atrelados ao rural em suas especificidades.

do produto físico ao lazer e o bem estar, reproduzindo valores, costumes, normas próprias e têm sobre o local uma dimensão diferenciada de cotidiano, instaurando no mesmo uma dinâmica de dominação e efetuando a seleção do espaço⁹ de acordo com a sua lógica. Essa seleção do espaço não raro, contrapõem os interesses e as diversas problemáticas como a especulação imobiliária¹⁰ e as implicações repercutidas pelas mesmas.

Deste modo, pode-se observar que quando transcorrem mudanças no espaço urbano, inicia-se um processo em que se pode observar uma mescla de práticas, estruturas e organizações anteriormente atribuídas ao rural, porém com inserções dotadas de características urbanas, principalmente no que toca a infraestrutura e conexões via acesso a mercados (tanto locais e regionais quanto nacional e internacional). Portanto:

[...] la importancia de las relaciones con el afuera en el proceso constante de construcción de los lugares brinda la posibilidad de descubrir condiciones de “urbanidad” en lugares a los que debería categorizarse como rurales, de acuerdo a la clasificación censal. Esta situación se manifiesta especialmente en aquellas aglomeraciones que por sus condiciones de localización favorables han sido objeto [...] especialmente las cercanas a las carreteras y a las autopistas o las que por otros motivos se han mostrado más favorecidas en el proceso de rururbanización¹¹ (BARROS, 1999).

Assim, muitas vezes os locais ociosos passam a ser alvo de uma “reconstrução” da natureza e não raro de preservação na ótica dos agricultores locais, passa a ser sede do estranho, das práticas distintas do habitual, e, portanto, local do exótico. Parece assim, haver uma considerável dicotomia na visão do “todo”, mas também na divergência da produção do território como recurso.

⁹ [...] complexo conjunto de diferentes lugares, de objetos naturais e construídos e das ações humanas. Um conjunto indissociável e solidário de objetos e ações (SANTOS, 1996).

¹⁰ A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural; e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica que inclui expectativas. Criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares afeiçoando-os às suas exigências funcionais [...] quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alugar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o que também inclui a moda (SANTOS, 2008, p. 106-107).

¹¹ [...] a importância das relações com o exterior no processo constante de construção dos lugares blinda a possibilidade de descobrir condições de “urbanidade” em lugares que devem ser classificados como rurais, de acordo com a classificação do censo. Esta situação se manifesta especialmente naquelas aglomerações que, por suas condições de localização favoráveis, têm sido objeto [...] especialmente perto de estradas e rodovias ou que por outros motivos têm se mostrado mais favorecidos no processo de rururbanização (TRADUÇÃO DO AUTOR).

Diante desta ótica, a questão do processo e da intensidade dessa dicotomia se constitui em aspecto relevante de análise, sobretudo em vista das relações de produção e de poder produzidas no território, uma vez que as mesmas convergem para as distintas estruturas, imagens e representações que dele emanam.

Esta relação espaço-tempo e a influência da presença do indivíduo externo ou apenas de suas marcas, geradas pela presença física de uma estrutura produtiva implicam relações inseparáveis do que se expressa como poder humano e imediatamente delinea representações.

Porém, questiona-se como se dão estas relações, já que em algumas situações existe maior presença física do indivíduo, no caso da produção mais intensiva, ao passo que numa segunda, as relações se resumem basicamente em alguns dias de cultivo e produção, sendo portanto, mais vulneráveis e menos estruturadas. Cabe salientar que em ambas as relações, o que persiste são as estruturas físicas inevitavelmente presentes e inseparavelmente relacionados com a dinâmica local, seja em seus aspectos positivos de ampliação de alimentos e/ou oportunidades econômicas e potenciais ambientais, seja por meio de seus entraves, destacados pela voracidade dos processos urbanizadores e a ampliação de equipamentos urbanos¹² em prejuízos ao cotidiano natural da fauna e da flora, ou então, da própria produção agrícola, dentre outros fatos incidentes sobre o local.

Os territórios produtivos da agricultura urbana

[...] o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade [...] (SANTOS, 1979, p. 18).

Dois elementos próprios da relação do espaço com o território, gerando uma série de atributos, constituem-se em territórios funcional e simbólico. Neste sentido, no contexto da abordagem, cabe enfatizar a forma pela qual esses territórios se constituem nos locais (malhas) de agricultura urbana, bem como a forma pela qual as relações se processam e os territórios se caracterizam de acordo com as extensões e os tipos de cultivo. Dicotomicamente se constroem

¹² Equipamentos urbanos é uma denominação que classifica os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários à população.

relações de forças, atrelando locais aos poderes diferenciados, ou seja, de forma absolutamente oposta à “uniterritorialidade”¹³.

Nestas distintas interações, ocorrem inferências sobre o espaço que perfazem territórios em particular. A questão é o quanto implicam as inserções de poder, o quanto a dinâmica social¹⁴ está relacionada às características peculiares. Como também, o quanto estas relações apresentam de interações, limitações, bem como transposições de limites para questões de dominação local, ou mesmo, político-administrativas, ultrapassando os limites da malha da propriedade, perpassando por nós estabelecidos a exemplo de articulações com outros agricultores, chegando até as ligações em redes, pois:

A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm do tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Assim, preponderam relações funcionais e simbólicas, nas quais se (re) criam diferenças, prismas sob os quais os conflitos, as diversidades sociais e os recursos naturais sofrem influências e são palco de produções diversificadas e voltados a fins distintos, sempre lembrando o quão importante são as constituições simbólicas das rusticidades e do exótico no território. Contudo, tais produções encontram uma série de ambiguidades, uma vez que ao mesmo tempo em que a atividade é exótica na maior parte do contexto do mundo urbano, também salienta-se a ambiguidade ambiental, já que se imprime sobre estes espaços a construção de locais que não raro, contam com o apelo a preservação; seria uma “contradição em processo”, pois a medida em que a atividade avança sobre os territórios, pode colocar em xeque muitas outras demandas urbanas, das quais a crescente demanda por habitações é inegável e indissolúvel de cidades em cres-

¹³ [...] “uniterritoriais” no sentido de imporem a correspondência entre poder político e identidade cultural, ligadas ao fenômeno do territorialismo, como nos territórios defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, não admitindo a pluralidade territorial de poderes e identidades (HAESBAERT, 2008, p. 25).

¹⁴ A agricultura urbana, como fenômeno social e político, possui forte conexão com as questões e temáticas socioambientais e socioespaciais. Por também ser ação política, a discussão sobre a agricultura urbana traz consigo o debate sobre a pobreza, as desigualdades sociais e o desemprego como efeitos do desenvolvimento do capitalismo. Contudo, a agricultura urbana, além de ser uma atividade produtiva, é processo social que envolve múltiplos atores, múltiplas funcionalidades na vida das cidades – da *cidade produtiva* e da *cidade ecológica* -, integra diversos caminantes, seus lutadores, seus *fazedores*, como, de resto, seus estudiosos e críticos (MOREIRA, 2008, 243-244).

cimento. Portanto, ainda que importante sobre diversos aspectos produtivos, naturais e de preservação, também afeta demandas vigentes da sociedade e que também contam com apelo de setores e grupos das cidades.

Partindo do pressuposto de Haesbaert (2008, p. 22) acerca dos tipos de territórios tem-se:

[...] dois grandes “tipos ideais” ou referências “externas” diante dos quais podemos investigar o território, um mais funcional, outro mais simbólico. Enquanto “tipos ideais”, eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja. Num esquema genérico dos extremos deste já aludido *continuum* entre funcionalidade e simbolismo, podemos caracterizá-los [...].

Assim, conforme caracterização de Haesbaert (2008), podem-se observar os seguintes elementos do território (Figura 1):

Figura 1: apontamentos sobre territórios funcional e simbólico

"Território funcional"	"Território simbólico"
Processos de dominação	Processos de apropriação (Lefebvre)
"Territórios da desigualdade"	"Territórios da diferença"
Território sem territorialidade (empiricamente impossível)	Territorialidade sem território (ex.: "Terra Prometida" dos judeus)
Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)	Princípio da multiplicidade (no seu extremo: múltiplas identidades)
Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção, lucro)	Território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva)

Fonte: Haesbaert (2008, p. 22)

Tão logo preponderam relações funcionais e simbólicas, ressalta-se o aspecto da maior ou menor interação entre sujeitos, pois ainda que os processos de territorialização se apresentem em ambos os casos, distinguem-se em intensidade e processo.

Em se tratando de plantios mais perenes, mesmo com menor período de encontros entre os produtores e a terra propriamente dita, forjam-se condições

territoriais que perpassam inter-relações, sobretudo pelo fato de que, ao se manifestarem, o fazem de forma intensiva durante aquele período. Assim, cabe salientar que, ao mesmo tempo em que são distintas daquelas que se processam num cotidiano de maior vivência, com maior número de plantios e colheitas, incidem sobre esses territórios influências marcantes, na territorialidade do cultivo.

Dessa forma, à medida que as manifestações produtivas se articulam diferentemente em suas perspectivas e dimensões (sociais, políticas, culturais e econômicas), a abordagem de plantios mais perenes perfazem as menores interações nesses territórios, como interações mais concentradas em poucos períodos (ou mesmo um único), uma vez que têm maior intensidade a partir de sua menor dispersão. Essa manifestação ocorre diferentemente dos cultivos de plantio frequente que passam a tecer relações (legítimas ou não) com o universo local, de forma mais adjacente, mais intensiva.

Portanto, quanto aos plantios mais perenes da agricultura urbana, no plano dos territórios simbólicos, exaltam-se os nós, manifestados a partir das apropriações e os “territórios da diferença”, relações menores em periodicidade, porém mais conflitantes nas relações constituídas por meio de interações no contexto da apropriação da área e visualizações do uso que se faz dos diferentes territórios.

A partir desta perspectiva de plantios mais duradouros, se por um lado as periodicidades mais esparsas reduzem as interações diretas no lugar, por outro, ao se inserirem no local segmentam e instigam o processo de dominação, projeção contrária a projeção estritamente urbanizadora que estava se dando ao local. Conforma-se assim, processos de estranhamento e repulsa ao território “perdido”, do qual o mesmo fora expropriado, simbólico e materialmente. Assim:

[...] a prática e o movimento contemporâneo da agricultura urbana é desafiante, pois é processo nascido na contradição da produção e reprodução da cidade capitalista. Ao mesmo tempo, é trama de ligações e conexões imbricadas em outros movimentos que atuam nas lutas socioambientais, das desigualdades de gênero, de segurança alimentar e de trabalho e renda. Observar o processo, a trajetória e o desenvolvimento da AUP exige perceber suas conexões e ligações com tais movimentos no tempo e no espaço urbano (MOREIRA, 2008, p. 244).

No tocante a desapropriação, a sua intensidade pode ser visualizada através daqueles que herdam a compreensão e dão sequência àquela descontinuidade

territorial: de um lado a organização e a estrutura espacial urbana, de outro as atividades agrícolas e a estruturas produtiva forjada. Mesmo não havendo conflito latente, perduram divisões que se processam mais intensivamente em períodos determinados, como em momentos de interesse imobiliário, o que vai tornando as territorializações elementos centrais desses cotidianos.

Sob a ótica do produtor, a reorganização local e os arranjos estruturais são moldados na intenção de redefinir o território, transformando-o em território de conflito, da resistência da lógica produtiva ante o território da materialização da estrutura e apropriação das estruturas urbanas. Conforme Oliveira apud Roos (2009, p. 89):

[...] são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da sociedade.

A *posteriori* das perspectivas “simbólicas”, as perspectivas “funcionais”, em relação aos processos de dominação, não apresentam as mesmas características, condicionantes de interação e integração do lugar e das “coisas” nele existentes.

As malhas não são homogêneas, todavia possuem diversos elementos que se complementam. Dentre esses elementos, podemos apresentar os pontos, ou nós que são os centros de poder e de referência; as aglomerações de diversas escalas, de indivíduos ou grupos. Em uma tessitura, porém, podemos afirmar que os nós são interdependentes e, portanto, precisam relacionar-se, comunicar-se (GALVÃO, FRANÇA, BRAGA, 2009, p. 44).

A condição estabelecida por essa rede de relações de agentes internos e externos nas produções e cultivos mais perenes é a da co-existência, durante os curtos períodos de tempo em que se dão as ações produtivas, distinguem-se dos espaços de cultivos mais frequentes e portanto, as suas inter-relações. Ficam, então, excluídas quaisquer possibilidades voltadas à funcionalidade “exclusiva” do território em sua totalidade. Tal relação fomenta “redes” podendo ser observada como:

Ela (a rede) depende dos atores que geram e controlam os pontos da rede, ou melhor, da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são comunicados nas redes (RAFFESTIN, 1993, p. 207).

Contudo, se por um lado existe esta dinâmica diferenciada em suas relações, os processos, por outro lado, não são tão “naturalizados” tais quais muitos daqueles que se processam e podem apresentar maior resistência e mesmo a co-existência se torna complexa, à medida em que se alteram e, não raro, se conflitam os valores e os simbolismos “depositados” sobre a paisagem, sobre o lugar e a forma de ocupá-lo e nele o status do produzir entra em contradição com o habitante, ocasionando, além do estranhamento, uma postura conflitante. Neste sentido:

[...] na sociedade atual, muito se tem falado dos processos e das mudanças que ocorrem de forma acelerada em nossa sociedade e, conseqüentemente, nos processos de globalização. Cresce, nesse contexto, a importância de discutirmos o local e o global, uma vez que a experiência do global não é parcial. Portanto, os múltiplos processos que constituem esse fenômeno, habitam e dão forma específica – mais que específicas – às estruturas econômicas, políticas e culturais subjetivas. Com isso, produzem-se novas temporalidades e espacialidades [...] (UEDA, 2008, p. 77).

A formação de múltiplos territórios nesta relação perfaz a dicotomia entre atores, ações, visões e pretensões no espaço, havendo a ruptura daquele espaço, antes unifuncional, voltado às peculiaridades urbanas e suas dinâmicas, para abarcar realidades distintas, percebendo-se suas personalidades, suas distinções.

Diante destas relações se processam duas perspectivas distintas sobre o território funcional, os territórios e seus elementos como valor de uso, o ambiente, as relações culturais, e o pertencimento, por exemplo. Já o valor de troca, que surge calcado nas demandas urbanas e o produzir, a residência urbana e o produto agrícola, sendo assim, relações dicotômicas entre a produção agrícola e as ocupações urbanas.

Mesmo diante dessas divergências, parece haver alguma similaridade entre determinadas características da formação da identidade do indivíduo em relação ao local, pois:

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre um “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela está sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre incompleta, sempre “sendo formada” (HALL, 2005, p. 38).

Esta característica é um elemento que potencializa a coexistência de ambos os valores, a valorização dos valores de uso é muito mais intensa e comum à sua relação ação-interação-espço, dadas as suas peculiaridades identitárias e simbólicas que o integram, como sujeito, àquele território. Uma característica marcante em relação ao valor de uso está na forma como o mesmo comumente se processa, essa realidade pode ser observada na afirmação de Madaleno (2002, p. 170) que afirma que:

[...] o espaço tem, no geral, um valor de uso [...] finalmente, esparciam-se as explorações agrícolas pela periferia, em lotes quer individualizados [...] quer comunitários [...] de muito maiores dimensões, normalmente superiores ao hectare [...].

Essas relações podem ou não ser fomentadas pelo poder público, instituições e/ou organizações contemplando uma carga maior de interesses e, com isso, reduzir os conflitos, logicamente que tais aspectos são construídos e posteriormente coalizados, pois:

[...] reconhece-se a necessidade de se analisarem as diferenciações territoriais emergentes – os novos significados que adquirem os usos políticos do território e as novas formas e conteúdos territoriais – em momento histórico tão pleno de rupturas de paradigmas e de mudanças de padrões políticos de desenvolvimento (RÜCKERT, 2008, p. 121).

A partir desta compreensão, observa-se que os usos territoriais e seus conteúdos quando em possibilidades inter-relacionais de inserção, como no caso da produção agrícola em solo urbano, encontram nos formatos dos arranjos locais, e sobretudo nas articulações políticas, espaços para reconstruir territórios.

Assim, ainda que mantidas as segmentações no tocante a relações de poder e processos de dominação, podem ser inseridas no lugar, relações e processo de convergência em torno de planos políticos, principalmente quando tais relações representam oportunidades de ocupação, ou mesmo de valorização de áreas, processos que mesmo simbólicos, são capazes de alterar sobremaneira a forma como o território é visualizado e logo, concebido como um todo.

A integração reterritorializante das malhas locais, mesmo quando mantenedora de peculiaridades que distinguem territorialidades, de um lado ocasiona a lógicas de trocas, ou então conjuntas, sobretudo à medida que se processam relações cotidianas de auxílios e contratações de serviços, para muito além das relações econômicas vigentes neste processo. Assim, coexistem interações sociais e culturais que caracterizam áreas peculiares, onde necessidades externas são incorporadas com certa naturalidade, podendo havendo incorporação de consumo de produtos e necessidades junto à população local, como a oferta de produtos, por exemplo. Esses aspectos muito além de se constituírem em elementos funcionais do território, voltados ao valor de uso, agregam a si os valores simbólicos de ressignificações de questões, demandas e atos de consumo.

Nesse sentido, à medida que se aproximam territórios “simbólicos” e “funcionais” parece haver a produção de territorializações e de produção de múltiplos territórios mais próximos à associação de poderes de hegemonias locais, redimensionando e por que não dizer, recriando territórios sob a acepção notória de eminência de poder, relações que intervêm sobremaneira na estrutura e organização locais, inferindo diretamente sobre a natureza ali existente. Assim:

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

A relação condicionada entre os distintos atores que integram o território coexiste em territorialidades distintas que em muitas vezes reterritorializam áreas sob um prisma unificado de feições e características derivadas das relações

tecidas no interior dos territórios, permitindo a coexistência estabelecida naquela ocupação, apropriação e integração ao local e as suas inter-relações.

Ficam portanto, viabilizadas possibilidades de o território interagir em sua totalidade, mesmo quando de sua distinção no cerne do processo, sobretudo diante de distintas classes sociais, que, não obstante, tecem as interfaces com os habitantes locais de forma absolutamente distinta do isolamento da malha volta-da exclusivamente à estrutura urbana, ampliam-se nesses casos, os nós que contemplam o poder, no âmbito do lugar, a exemplo da ampliação de possibilidades da constituição de redes no mesmo.

Não obstante, se por um lado existe tal dinâmica, a evidência de transformações de espaços em suas esferas organizacionais e os potenciais de transformação e interligação constituem-se em relações diretamente relacionadas a redes externas que interagem sobre os espaços locais, onde:

Com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializam. Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos. Nos primeiros apenas alguns vetores da modernidade atual se instalam. Nos lugares complexos, que geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem. São vetores de todas as ordens buscando finalidades diversas, as vezes externas, mas entrelaçadas pelo espaço comum. Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar [...] (SANTOS, 1996, p. 258).

Com base nesta assertiva, a formação de múltiplos territórios em tal situação perfaz a incorporação ao espaço de agentes externos e dinâmicas igualmente diferenciadas. Esta afirmação, não significa que não persistam espaços de resistência e/ou conflitos, porém todos eles parecem muito mais pontuais e direcionados a determinados agentes em particular, com potenciais a coalizões no tocante a interesses e ações frente ao espaço. Nesse contexto, a manifestação de territórios distintos, com lógicas, interesses e ações similares, ainda que distintas, corroboram com particularidades específicas caracterizadoras de suas especificidades e localismos, onde o externo e o interno se confundem e trocam elementos fundamentais, perfazendo novas identidades territoriais.

Frente a estas relações, as perspectivas sobre o território, manifestadas sob o prisma da agricultura urbana oferecem a interação de aspectos funcionais e simbólicos, interagindo elementos de valor de uso e valores de troca, quando ambientes, o patrimônio, relações culturais, pertencimento, dentre outros aspectos se constituem, constroem e reconstróem elementos decorrentes das reterritorializações.

Por fim, cabe salientar que ainda que a problemática maior norteadora da reterritorialização, de sua modelação esteja calcada na demanda vigente, muitas vezes a mesma é guiada muito mais por interesses menos locais, mais externos, por meio de poderes políticos pré-estabelecidos em detrimento daqueles níveis de poderes que orbitam os próprios interesses da esfera local, em que a esfera do Estado participa apenas como ente normativo, mas sem interferência mais direta, ou seja, como ator propriamente dito.

Considerações finais

O fenômeno da agricultura contempla um fenômeno que implica diretamente relações dos territórios, forjando múltiplos territórios com repercussões distintas, de acordo com os tipos, formas e organizações em questão. Assim, nos plantios e colheitas mais perenes, a articulação entre os nós se dá de forma díspar na área em que ela ocorre; com isso, essas redes são diferenciadas daquelas oriundas dos plantios e colheitas mais contínuas, com maior interação, razões que possibilitam uma construção territorial com outros tempos e outros interesses junto ao lugar.

Os nós, por sua vez, ao serem centros de poder, denotam diferenciações em relações da agricultura urbana, uma oscilante já que é mais pere e com maiores atritos em relação às malhas dos territórios constituídos, uma vez que o processo dominante neste sentido incide em menores interações entre os territórios, resguardando, com maior intensidade, as individualidades das áreas e tornando, assim, as malhas e os nós mais isolados. A outra relação consiste nos plantios e colheitas mais contínuas já que possibilitam mais interações, onde as relações tendem a oscilar menos em suas distinções territoriais, uma vez que os processos dominantes incidem, reterritorializando peculiaridades das áreas, tornando, assim, as malhas e os nós cada vez mais integrados.

Assim, os cultivos agrícolas em solo urbano influenciam relações no cotidiano e possibilitam integrações entre elementos, no espaço; constroem-se, assim, relações onde se mantêm certas peculiaridades dos territórios, persistem

(em maior ou menor interação) limitações frente às suas configurações, e são tecidas relações de dominação sobre a área. Porém, processam-se determinadas interações entre os atores dos territórios, podendo emergir desta interface determinadas realidades onde se podem vincular a interesses e objetivos que no caso da agricultura urbana aproximam interesses de cunho ambiental e alimentício, mas ao mesmo tempo vão de encontro a outras demandas, como por exemplo a disponibilidade habitacional.

Portanto, tanto os elementos de territórios simbólicos (como certos valores de uso e de troca) quanto os funcionais, interferem, em distintas proporções, as malhas; estas nada mais são do que a área, onde os processos territoriais se moldam, mantendo distinções de visões entre atores e outros indivíduos que posuam interesses (pessoais o coletivos) distintos com o local, pois as perspectivas de tais movimentos espaciais sempre irão incidir em relações de poder, onde persistem relações territoriais específicas que passam a co-existir com interesses externos, processo no qual se vislumbram grupos de poder e onde se tem que apreender concepções de multiplicidade.

Referências

ARRUDA, J.; ARRAES, N. A. M. Análise do Programa de Hortas Comunitárias em Campinas-SP. In: **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/878/87890103.pdf>>. Acesso em: fev. 2013.

BARROS, C. De rural a rururbanos: transformaciones territoriales y construcción de lugares al Sudoeste del área metropolitana de Buenos Aires. In: **Scripta Nova**, Uberlândia, v. 51, n. 45, ago. 1999. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-45-52.htm>>. Acesso em: fev. 2012.

DI MÉO, G. **Géographie sociale et territoires**. Paris: Nathan, 1998.

FAO. Selecte issues: urbana agriculture: na oxymoron? In: **The state of food and agriculture**. Food Security: some macroeconomic dimensions. Rome: FAO, 1996.

FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. de. Agricultura Urbana: discutindo algumas das engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. In: **Campo-Território**: Revista de Geografia, Recife, v. 24, n. 2, p. 06-23, mai/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile-/111/66>>. Acesso em: fev. 2012.

GALVÃO, A. R. G.; FRANÇA, F. M.; BRAGA, L. C. O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin. In: SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de (Orgs.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 33 - 46.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L.; DA COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**. A resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Ed. da ULBRA, 2008. p. 19 - 36.

_____. Região e redes transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos vizinhos do Mercosul. In: STROHAECKERT, T. M. et al. **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre, AGB-PA, 1998.

COSTA, M. A. F.; RIBEIRO, W. de O.; TAVARES, M. G. da C. O Turismo enquanto espaço de análise geográfica: três perspectivas de abordagem. In: **Mercator**. Ano III, n. 06, p. 33-42. Fortaleza. 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidades**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KOZENIESKI, E. de M. **O rural agrícola na metrópole**: o caso de Porto Alegre/RS. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MADALENO, I. R. **A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

MARIANI, M. A. P.; ARRUDA, D. de O. Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá/MS. In: **Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Campo Grande, jul. 2010. p. 1 - 16. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/301.pdf>>. Acesso em: jul. de 2016.

MAXIMILIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. In: **RA'E GA**. Curitiba, n. 8, p. 83 - 91, 2004.

MONDARDO, M. L. Manifestações das ruralidades em pequenos municípios gaúchos: o exemplo da Quarta Colônia de Imigração Italiana. In: **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.3, n. 5, p. 114-137, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11849/6935>>. Acesso em: fev. 2012.

MOREIRA, C. Trajetória contemporânea da agricultura urbana. In: HISSA, C. E. V. (Org). **Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROOS, D. Territorialização da luta pela terra e transformações regionais. In: SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de (Orgs.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 81 - 93.

RUA, J. Urbanidades no Rural: o dever de novas territorialidades. In: **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=23>>. Acesso em: fev. 2012.

RÜCKERT, A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. In: HEIDRICH, A. L.; DA COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**. A resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Ed. da ULBRA, 2008. p. 119 - 136.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e suas diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS; Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO; Secretaria de Segurança Alimentar-SESAN, jun. 2007. Disponível em: <www.rede-mg.org.br/article_get.php?id=100>. Acesso em: nov. 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. da USP, 2008.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

TERRILE, R. **Planificación urbana, ordenamiento territorial y AU**. Texto temático del Curso-Taller: “Diseño e implementación multi-actoral de políticas y acciones estratégicas en Agricultura Urbana”, IPES, RUAFL, Lima. 2006.

UEDA, V. O território organizado pelas redes. In: HEIDRICH, A. L.; DA COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z.; UEDA, V. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**. A resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Ed. da ULBRA, 2008. p. 77 - 84.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME - UNDP. **Urban Agriculture**. Food, jobs and sustainable cities. New York: UNDP, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

